



SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

ATO NORMATIVO Nº 170, DE 27 DE JANEIRO DE 2016

Approva o relatório definido na Lei Complementar nº 101/2000 e dá outras providências.

O MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo o artigo 6º, inciso XXV, do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Militar da União para o período de janeiro de 2015 a dezembro de 2015.

Art. 2º Determinar a sua publicação conforme prevê o artigo 55 da Lei Complementar nº 101, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, de 04 de maio de 2000, observadas as prescrições da Portaria nº 260/STN/MF, de 19 de maio de 2015, da Decisão nº 1.099/2002-TCU-Plenário, de 28 de agosto de 2002 e do Ato Normativo nº 89/STM, de 28 de maio de 2014, conforme quadro anexo.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

ARTUR VIDIGAL DE OLIVEIRA
Em exercício

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")	DESPESA COM PESSOAL			DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)			R\$ Mil
	DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL			
				(c) = (a) + (b)			
Pessoal Ativo	358.143.644,02	3.528.802,72	361.672.446,74				
Pessoal Inativo e Pensionistas	176.704.473,98	3.068.788,80	179.773.262,78				
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	181.439.170,04	460.013,92	181.899.183,96				
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00				
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	155.614.413,30	11.653,10	155.626.066,40				
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00				
Despesas de Exercícios Anteriores	12.032,93	0,00	12.032,93				
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.747.265,51	0,00	1.747.265,51				
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	153.855.114,86	11.653,10	153.866.767,96				
	202.529.230,72	3.517.149,62	206.046.380,34				

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			674.522.742,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100		30,025560%	30,546988%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>		0,080576%	543.503,44
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>		0,076547%	516.328,27
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>		0,072518%	489.153,10

Fonte: SIAFI 2015.

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64;
- 2) Limite Legal da JMU = 0,080576% e Limite Prudencial da JMU = 0,076547% conforme Resolução CNJ nº 177/2013.
- 3) Do valor de R\$ 4.026.991,78 relativos a Despesas de Exercícios Anteriores apurados no período, R\$2.279.726,27 se referem a despesas com Inativos e Pensionistas que foram pagas com recursos vinculados à fonte 169; portanto integram a linha de Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados;
- 4) Do valor de R\$89.679,44 relativos a Despesas decorrentes de Decisão Judicial apurados no período, R\$77.646,51 se referem a despesas com Inativos e Pensionistas que foram pagas com recursos vinculados à fonte 169; portanto integram a linha de Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados;

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")	Identificação dos recursos	Disponibilidade de caixa bruta (a)	Obrigações financeiras					Dispo de caixa líquida (antes da insc em RAP N-PROC do exercício)	RAP empenhados e não liquidados do exercício	Empenhos não liquidados cancel (não inscritos por insuf. financeira)
			Restos a Pagar Liquidados e Não Pa- gos		RAP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)	(f) = (a - (b + c + d + e))			
			De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)						
			Fonte 156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	5.766,93	0,00	0,00	0,00			
Fonte 169 - Contribuição Patronal P/ PSSS	147.098,72	0,00	0,00	0,00	0,00	147.098,72	11.653,10	0,00		
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	152.865,65	0,00	0,00	0,00	0,00	152.865,65	11.653,10	0,00		
Obrigações Financeiras sem Fonte										
Fonte 100 - Recursos Ordinários	37.865.095,01	9.565,86	166.497,18	7.839.242,16	2.203.914,00	27.645.875,81	12.780.940,04	0,00		
Fonte 127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	10.278.554,23	0,00	124.370,26	342.436,18	0,00	9.811.747,79	8.819.301,30	0,00		



Fonte 150 - Recursos Não Financeiros Diret. Arrecadados	1.239.703,27	0,00	0,00	111.389,72	0,00	1.128.313,55	165.481,27	0,00
Fonte 188 - Remuneração das Disponib. Do Tesouro Nacional	2.454.545,02	0,00	0,00	0,00	0,00	2.454.545,02	2.454.545,02	0,00
Fonte 190 - Recursos Diversos	164.304,00	0,00	0,00	0,00	164.304,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	52.002.201,53	9.565,86	290.867,44	8.293.068,06	2.368.218,00	41.040.482,17	24.220.267,63	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	52.155.067,18	9.565,86	290.867,44	8.293.068,06	2.368.218,00	41.193.347,82	24.231.920,73	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES ¹	152.865,65	0,00	0,00	0,00	0,00	152.865,65	11.653,10	0,00

FONTE: SIAFI/2015

Nota: 1. A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Min. ARTUR VIDIGAL DE OLIVEIRA
Presidente do Tribunal
Em exercício

JOSÉ CARLOS SANTOS
Diretor-Geral

IVO ROMERO DA SILVA
Secretário de Planejamento Em exercício

VALDEMIR REGIS FERREIRA DE OLIVEIRA
Secretário de Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

PORTARIA Nº 35, DE 27 DE JANEIRO DE 2016

O VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, no exercício da Presidência, no uso de suas atribuições e em atendimento ao disposto nos arts. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, resolve:

Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 2ª Região, referente ao 3º quadrimestre de 2015, na forma dos anexos, bem como autorizar sua publicação e disponibilização por meio da internet, conforme previsto no art.55, § 2º, da referida lei.

REIS FRIEDE

ANEXO

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS DA 2ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2015

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")
DESPESA COM PESSOAL

	R\$ 1,00		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.257.460.360,67	9.833.479,81	1.267.293.840,48
Pessoal Ativo	1.055.872.647,42	8.716.796,60	1.064.589.444,02
Pessoal Inativo e Pensionistas	201.587.713,25	1.116.683,21	202.704.396,46
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	190.071.727,80	1.929.731,64	192.001.459,44
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	555.611,71	42.444,59	598.056,30
Decorrentes de Decisão Judicial	11.263.771,18	1.078,00	11.264.849,18
Despesas de Exercícios Anteriores	1.153.886,74	1.886.209,05	3.040.095,79
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	177.098.458,17	0,00	177.098.458,17
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.067.388.632,87	7.903.748,17	1.075.292.381,04
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	674.522.742.000,00		
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100	0,158244%	0,001172%	0,159415%
LIMITE MAXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,256773%	1,731.992.280,32	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,243934%	1.645.392.666,30	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,231096%	1.558.793.052,28	

FONTE: Tesouro gerencial

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.
Limite máximo fixado pela Resolução CJF 250/2013

MARIA DE FÁTIMA GONÇALVES LESSA
Diretora da Secretaria de Controle Interno

MÁRCIO COSTA VIDAL
Diretor da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças Substituto

ANDRÉIA ÁLVARES DE AZEVEDO OLIVEIRA
Diretora da Secretaria-Geral Substituta